

INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL

Documentação

Fonte JT

Data 2/11/2000 Pg 15A

Class. 612



Celso Júnior - Arquivo/AB

**DIVISÃO:** Estrada do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu, teria de ser fechada segundo ordem judicial

## Parque do Iguaçu pode perder título da Unesco

Área pode deixar de ser Patrimônio Natural da Humanidade, status que ostenta desde 1986. Motivo: o descaso do Brasil com a preservação

O Parque Nacional do Iguaçu pode perder, este mês, o status de Patrimônio Natural da Humanidade, dado pela Unesco em 1986. A mesma entidade, que em 1999 incluiu o local entre os Patrimônios Mundiais em Perigo, está retirando o título por causa do descaso do governo brasileiro em preservar a área. O motivo é o não-cumprimento de ordem judicial para fechar a Estrada do Colono, via de 17,6 quilômetros que corta a mata de norte a sul.

O descaso pode comprometer as pretensões brasileiras de conseguir o mesmo título para outros sete parques até 2002. Os primeiros da lista são o Pantanal (MS) e o Parque Nacional do Jaú (AM). Esse caso de agressão ambiental será discutido nos dias

27 e 28, em Cairns, Austrália, em reunião do World Heritage Committee, ligado à Unesco (Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

O parque das Cataratas do Iguaçu poderá sofrer sanções econômicas, além da perda do prestígio ambiental e queda de turistas. Sem o título, serão suspensos créditos externos para projetos de conservação ambiental. Por ano, a quantia gira entre US\$ 200 mil e US\$ 300 mil.

“É uma barbaridade. Isso reflete a baixa cultura histórica de preservação da população do País”, afirmou Miguel Milano, coordenador do 2.º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, que vai ser realizado nos dias 5 a 9, em Campo Grande, e colocará o tema em discussão.

### Incentivo à colonização

Em 1954, o governo do Paraná abriu a estrada na mata para favorecer a colonização do oeste por imigrantes gaúchos e catarinenses. Com a pressão de ambientalistas, em 1986, o trecho foi interditado por uma ação do Mi-

nistério Público Federal. Após dez anos fechada, moradores da região invadiram o local e reabriram a rodovia.

No mesmo ano, foi criada a Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono (Aipopec), que defende a liberação da estrada. Em janeiro de 1997, o leito foi revestido de cascalho e começou a cobrança de pedágio.

Os moradores chegaram a se retirar após parecer do Superior Tribunal de Justiça. Contudo, meses depois voltaram a ocupar a via, que permanece aberta até hoje. As Polícias Federal e Rodoviária alegam que não têm estrutura para realizar a interdição.

O advogado da Aipopec, Pedro Henrique Xavier, reconhece o risco da perda do título da Unesco, mas alega que não ficou provado que a rodovia cause danos ao meio ambiente. Ele argumenta que no lado argentino do parque existe estrada semelhante há mais de 40 anos. A defesa tem uma razão: a via encurta em cerca de 120 quilômetros a ligação do oeste ao sudoeste do Estado.

Em janeiro, a Justiça Federal do Paraná pediu laudo técnico sobre o impacto ambiental. A Procuradoria do Ibama pôs o trabalho sob suspeita após comprovar que os dois peritos nomeados tiveram despesas pagas pela Aipopec durante a pesquisa.